



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

LUCIANO ALEX ALVES

**ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O PAPEL
DA CAADIS NO PROCESSO INCLUSIVO DE ESTUDANTES
COM DEFICIÊNCIA NA UFERSA**

MOSSORÓ/RN
2025

LUCIANO ALEX ALVES

**ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O PAPEL
DA CAADIS NO PROCESSO INCLUSIVO DE ESTUDANTES
COM DEFICIÊNCIA NA UFERSA**

Artigo apresentado ao Departamento de Ciências Humanas e Sociais como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Direito, no curso de Direito da UFERSA.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Tarcísio Rocha Gomes Junior.

MOSSORÓ/RN
2025

ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O PAPEL DA CAADIS NO PROCESSO INCLUSIVO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA UFERSA

ACCESSIBILITY IN HIGHER EDUCATION: THE ROLE OF CAADIS IN THE INCLUSIVE PROCESS OF STUDENTS WITH DISABILITIES AT UFERSA

RESUMO

A pesquisa investigou os desafios enfrentados por pessoas com deficiência no ensino superior, com foco na garantia da acessibilidade e inclusão social no campus da UFERSA, considerando as barreiras físicas, estruturais e institucionais. A discussão partiu da relevância da acessibilidade no contexto universitário, compreendida como um direito essencial para assegurar a inclusão social e acadêmica de estudantes com deficiência. A análise abordou as limitações encontradas nos espaços e serviços universitários e ressaltou a necessidade de medidas que promovam a igualdade de oportunidades para esses alunos. O objetivo geral foi compreender as barreiras enfrentadas e avaliar as políticas de acessibilidade implementadas pela universidade, identificando estratégias que assegurem a mobilidade e a inclusão plena. A metodologia consistiu em uma revisão de literatura, com análise de artigos publicados entre 2020 e 2024, utilizando bases de dados reconhecidas. Foram selecionados estudos que abordassem acessibilidade e inclusão no ensino superior, priorizando os que tratassem diretamente da realidade brasileira. Esse método permitiu identificar avanços, limitações e tendências nas práticas e políticas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência. Os resultados apontaram que, embora existam avanços significativos em relação às tecnologias assistivas e à criação de núcleos de acessibilidade, barreiras ainda persistem, como limitações de infraestrutura, falta de capacitação de docentes e insuficiência de recursos financeiros. A pesquisa destacou a importância de esforços institucionais permanentes para garantir uma experiência acadêmica inclusiva e equitativa, com destaque para a atuação de centros especializados, como o CAADIS, que têm promovido condições mais adequadas de acesso e permanência para estudantes com deficiência.

Palavras-chave: Acessibilidade. Inclusão. Ensino Superior.

ABSTRACT

The research investigated the challenges faced by people with disabilities in higher education, with a focus on ensuring accessibility and social inclusion on the UFERSA campus, considering physical, structural, and institutional barriers. The discussion started from the relevance of accessibility in the university context, understood as an essential right to ensure the social and academic inclusion of students with disabilities. The analysis addressed the limitations found in university spaces and services and highlighted the need for measures that promote equal opportunities for these students. The general objective was to understand the barriers faced and evaluate the accessibility policies implemented by the university, identifying strategies that ensure mobility and full inclusion. The methodology consisted of a literature review, with analysis of articles published between 2020 and 2024, using recognized databases. Studies that addressed accessibility and inclusion in higher education were selected, prioritizing those that directly addressed the Brazilian reality. This method allowed

identifying advances, limitations, and trends in practices and policies aimed at the inclusion of people with disabilities. The results showed that, although there have been significant advances in terms of assistive technologies and the creation of accessibility centers, barriers persist, such as infrastructure limitations, lack of teacher training, and insufficient financial resources. The research highlighted the importance of ongoing institutional efforts to ensure an inclusive and equitable academic experience, with emphasis on the work of specialized centers, such as CAADIS, which have promoted more appropriate conditions for access and retention for students with disabilities.

Keywords: Accessibility. Inclusion. Higher Education.

1. INTRODUÇÃO

O estudo sobre acessibilidade e inclusão no ensino superior revelou a importância de garantir autonomia para pessoas com deficiência em ambientes acadêmicos. Diversos pesquisadores abordaram as dificuldades que estudantes com deficiência enfrentaram ao longo de sua jornada educacional, evidenciando que, apesar das conquistas legais e das políticas públicas voltadas para a acessibilidade, a realidade nas universidades brasileiras permaneceu repleta de barreiras. Esses desafios envolveram aspectos físicos, estruturais e institucionais, limitando a experiência desses estudantes e dificultando sua plena integração acadêmica e social. Nesse contexto, a acessibilidade deixou de ser uma simples adaptação estrutural, sendo considerada uma questão de cidadania e respeito aos direitos humanos (Líbio, 2022).

Ao delimitar o tema, observou-se que a acessibilidade em espaços universitários como o da UFERSA destacou-se como um elemento central. Estudos específicos sobre a infraestrutura e a organização espacial dos campi universitários indicaram que muitas universidades ainda não contaram com as adaptações necessárias para receber e acolher estudantes com deficiência. Isso incluiu desde a presença de rampas, elevadores e sinalização adequada, até a implementação de programas de apoio que permitiram uma experiência educacional mais acessível e inclusiva. Nesse sentido, foi ressaltado que a falta de condições mínimas de acessibilidade implicou a exclusão de muitos alunos, comprometendo não apenas o seu desempenho acadêmico, mas também sua autoestima e sensação de pertencimento.

No contexto do ensino superior, pessoas com deficiência enfrentam desafios diários relacionados ao direito de acessibilidade, especialmente em instituições que não dispõem de uma infraestrutura completamente adaptada. Na UFERSA, essa realidade se manifesta por meio de barreiras físicas e estruturais, como falta de rampas adequadas, elevadores, sinalização acessível, entre outros recursos necessários para assegurar a mobilidade e inclusão

desses estudantes. Essas limitações podem impactar significativamente a experiência acadêmica, dificultando o acesso pleno aos espaços e aos recursos da universidade, o que levanta questões sobre o compromisso institucional com a acessibilidade e com o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência. Quais são os principais desafios enfrentados por pessoas com deficiência para exercerem seu direito de ir e vir no espaço da UFERSA, e de que forma a instituição tem atendido às exigências de acessibilidade previstas em lei.

A literatura revisada apontou também para as políticas institucionais de acessibilidade como uma ferramenta indispensável na construção de um ambiente inclusivo. Foram analisados estudos que investigaram os avanços e as limitações dessas políticas dentro das instituições de ensino superior, constatando-se que, embora algumas universidades tivessem desenvolvido ações de inclusão, muitas ainda encontraram dificuldades em garantir uma acessibilidade plena. As barreiras institucionais, que envolviam desde a falta de treinamento para o corpo docente até a ausência de recursos dedicados à adaptação das instalações físicas, figuraram como elementos recorrentes nas discussões sobre a inclusão no ensino superior.

Por fim, essa revisão de literatura evidenciou que, para assegurar o direito de ir e vir de pessoas com deficiência na UFERSA, seria necessário um esforço conjunto que contemplasse tanto melhorias na infraestrutura quanto uma mudança de postura institucional. Estudos anteriores destacaram a necessidade de um olhar atento e responsável para a experiência dos estudantes com deficiência, que merecem acesso igualitário e respeito em seu ambiente educacional. Dessa forma, a pesquisa buscou compreender não apenas as limitações físicas e institucionais, mas também as transformações culturais que pudessem contribuir para uma universidade mais justa e inclusiva.

A escolha do tema “acessibilidade na educação superior: o papel do CAADIS no processo inclusivo de estudantes com deficiência na UFERSA” se fundamenta na necessidade de discutir e compreender as barreiras que ainda limitam a acessibilidade plena e a inclusão social dentro das instituições de ensino superior. O direito de acessibilidade é um dos aspectos mais básicos de cidadania e autonomia, mas, para estudantes com deficiência, esse direito pode ser comprometido pela falta de infraestrutura adequada, sinalização, apoio técnico e outras adaptações que garantam uma vivência acadêmica igualitária.

No contexto da UFERSA, é fundamental identificar e analisar como essas limitações impactam a experiência dos estudantes, considerando tanto as dificuldades físicas nos deslocamentos dentro do campus quanto as barreiras culturais e institucionais que podem

influenciar a efetivação de políticas inclusivas. Esse tema é especialmente relevante, pois reforça a importância do cumprimento das legislações de acessibilidade e dos direitos humanos, elementos indispensáveis para promover um ambiente educacional mais justo e acessível.

Investigar as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência em uma instituição pública como a UFERSA é um passo importante para sensibilizar a comunidade acadêmica e administrativa sobre a importância de adaptações que assegurem a autonomia e a dignidade de todos os alunos. Essa abordagem contribui para uma análise crítica da efetividade das ações afirmativas no ensino superior e das responsabilidades institucionais no cumprimento dos direitos estabelecidos, promovendo um debate necessário sobre inclusão e igualdade.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar os desafios enfrentados por pessoas com deficiência para exercerem sua acessibilidade plena no espaço da UFERSA, com foco nas barreiras físicas, estruturais e institucionais, a partir de uma revisão de literatura sobre acessibilidade e inclusão no ensino superior. Para tanto, os objetivos específicos se voltaram a identificar, por meio da revisão de literatura, as principais barreiras físicas e estruturais que dificultam a mobilidade de pessoas com deficiência em ambientes universitários, explorar as políticas de acessibilidade e inclusão adotadas em instituições de ensino superior, analisando as estratégias e ações recomendadas na literatura para assegurar o direito de acessibilidade plena e avaliar o cumprimento e a efetividade das normativas legais de acessibilidade no contexto universitário, conforme discutido na literatura.

Para a condução deste estudo, foi adotada uma abordagem qualitativa, baseada em uma revisão de literatura sobre acessibilidade e inclusão no ensino superior. A pesquisa concentrou-se na análise de artigos publicados entre 2020 e 2024, utilizando bases de dados acadêmicas reconhecidas, como Lilacs, Periódicos Capes e Scielo. Os critérios de seleção priorizaram estudos que abordassem diretamente as barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência no ambiente universitário, bem como as políticas institucionais voltadas à inclusão. Essa metodologia permitiu identificar avanços, desafios e tendências na área, contribuindo para uma compreensão aprofundada das condições de acessibilidade no ensino superior e das estratégias que podem ser implementadas para garantir o direito de ir e vir dos estudantes com deficiência.

2. DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Na última década, os estudos sobre deficiência e acessibilidade ganharam espaço no campo da inclusão, promovendo uma análise das barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência e das abordagens necessárias para uma integração plena. O conceito de deficiência, que antes era amplamente abordado sob uma perspectiva médica, passou a ser compreendido em termos biopsicossociais, considerando os contextos sociais e as barreiras ambientais. Nôga e Kovács (2022) destacaram essa transição de paradigma, em que a deficiência não mais se restringe a limitações do corpo, mas é entendida como uma interação entre o indivíduo e os fatores externos que dificultam seu acesso e participação. Essa nova concepção trouxe a necessidade de políticas e práticas voltadas à acessibilidade que considerem a inclusão como um direito fundamental.

Acessibilidade é o acesso a determinado lugar, plataforma e atividade de forma segura e autônoma, é o direito de usufruir de maneira independente ou autônoma. É a igualdade de condições de acesso para todas as pessoas com deficiência ou não. Existindo vários tipos de acessibilidade, que garantam a efetivação dos direitos. O conceito de acessibilidade é descrito na legislação brasileira como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004).

Segundo estudos desenvolvidos por Sassaki (2002), podemos identificar alguns tipos de acessibilidade que exigem compreensão para que ações inclusivas se façam exitosas no âmbito das IES, são elas:

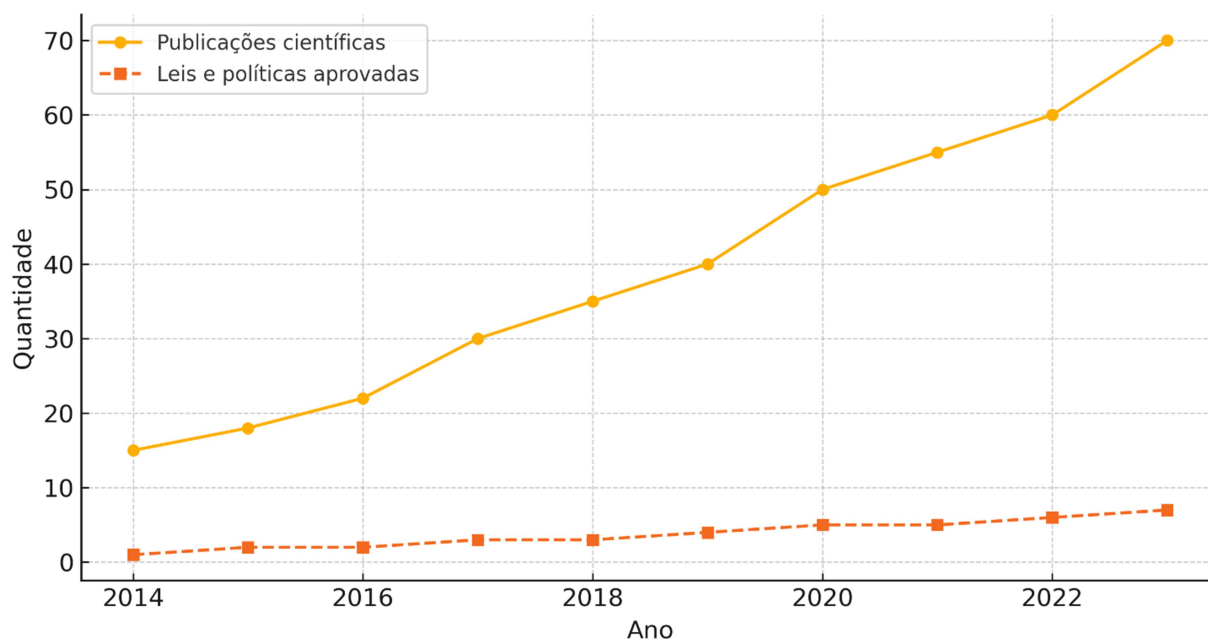
- **Atitudinal:** Refere-se à percepção do outro, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras. Essa acessibilidade pode ser notada quando existe, por parte dos gestores institucionais, o interesse em implementar ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda a sua amplitude. A priorização de recursos para essas ações é um indicativo da existência da acessibilidade atitudinal.
- **Arquitetônica ou física:** Eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos, nas instituições de ensino públicas e

particulares. Os exemplos mais comuns de acessibilidade arquitetônica são a presença de rampas, banheiros adaptados, elevadores adaptados, piso tátil, entre outros.

- Metodológica ou pedagógica: Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente e a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional determinará ou não, a remoção das barreiras pedagógicas. É possível notar a acessibilidade metodológica nas salas de aula, quando os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.
- Programática: Eliminação de barreiras presentes nas políticas públicas (leis, decretos, portarias, normas, regulamentos, entre outras). Ocorre quando a IES promove processos de sensibilização que envolve a informação, o conhecimento e a aplicação dos dispositivos legais e dos políticos relacionados à inclusão e à acessibilidade de estudantes com deficiência na educação superior. Muitas vezes esses estudantes não têm conhecimento dos seus direitos de modo que, em razão disso, não vislumbram a possibilidade de acessar a universidade. Essa acessibilidade se expressa, também, toda vez que novas leis, decretos, portarias são criadas com o objetivo de fazer avançar os direitos humanos em todos os seus âmbitos.
- Instrumental: Superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), trabalho (profissional), lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva). Esse tipo de acessibilidade envolve todas as demais e sua materialidade reflete a qualidade do processo de inclusão plena do estudante na educação superior.
- Comunicacional: É a acessibilidade que elimina barreiras na comunicação interpessoal (fase a fase, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do
- computador portátil) e virtual (acessibilidade digital). Um dos exemplos de acessibilidade nas comunicações é a presença do intérprete na sala de aula em consonância com a Lei de Libras e Decreto de Acessibilidade.
- Digital: Direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da

informação em formatos alternativos. Evidencia-se a existência dessa acessibilidade quando a IES possui os acervos bibliográficos dos cursos em formato acessível ao estudante com deficiência (prioritariamente os de leitura obrigatória) e utiliza diferentes recursos e auxílios técnicos para que o estudante tenha acesso à informação e ao conhecimento independentemente de sua deficiência.

Figura 1 - Evolução dos Estudos e Leis sobre Deficiência e Acessibilidade (2014-2024)



Fonte: Autor (2025).

Os dados apresentados no gráfico evidenciam um crescimento significativo tanto no número de publicações científicas quanto na implementação de leis e políticas voltadas à acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos últimos dez anos. Esse avanço reflete a crescente preocupação acadêmica e institucional em garantir o direito de ir e vir, bem como a equidade no acesso ao ensino superior. Segundo Lima e Miotto (2007), a construção do conhecimento científico por meio da revisão de literatura permite compreender e organizar as principais tendências de um campo de estudo, demonstrando a evolução das políticas e práticas inclusivas. Dessa forma, o aumento das publicações e da legislação específica indica um progresso contínuo na busca por ambientes mais acessíveis, embora desafios estruturais e institucionais ainda persistam.

A partir dessa perspectiva, Lúcio (2022) investigou a satisfação de estudantes com deficiência em relação à acessibilidade em ambientes acadêmicos e apontou que muitas instituições de ensino ainda apresentam barreiras que limitam o direito de ir e vir desses alunos. A pesquisa enfatizou que, embora algumas universidades tenham implementado

melhorias, há uma lacuna significativa entre o que é legalmente exigido e o que de fato é oferecido em termos de acessibilidade. Os dados indicaram que a ausência de infraestrutura adequada e de uma abordagem inclusiva compromete a experiência educacional, gerando insatisfação e desmotivação. Dessa forma, as instituições são desafiadas a adotar práticas que promovam a igualdade de oportunidades e o acesso pleno ao espaço acadêmico.

A adoção do Desenho Universal, um conceito que defende a criação de ambientes e produtos acessíveis a todos, foi considerada fundamental por Berselli e Müller (2023) para eliminar barreiras de acessibilidade, principalmente em espaços culturais e educacionais. O Desenho Universal visa atender às necessidades de pessoas com diferentes habilidades sem necessidade de adaptações posteriores, integrando acessibilidade desde a concepção dos espaços. Pletsch *et al.* (2021) também abordaram esse conceito, reforçando que a aplicação de princípios do Desenho Universal nas instituições de ensino promove um ambiente mais inclusivo e acessível, permitindo a participação plena de todos os estudantes. Segundo esses autores, o Desenho Universal pode ser uma resposta eficaz para reduzir a segregação de pessoas com deficiência, promovendo ambientes que valorizam a diversidade e eliminam barreiras arquitetônicas e sensoriais.

Baia (2021) discutiu o papel da cidadania no contexto da deficiência, ressaltando que acessibilidade e inclusão são pilares para o exercício pleno da cidadania. A inclusão de pessoas com deficiência nos espaços sociais, educacionais e culturais representa uma garantia de direitos, e a acessibilidade torna-se um elemento essencial nesse processo.

Os estudos sobre deficiência e acessibilidade enfatizaram que o conceito de inclusão transcende a adaptação de espaços físicos, abrangendo também a criação de um ambiente que valorize e respeite as necessidades e direitos de todos os cidadãos. Baia (2021) reforçou que o exercício pleno da cidadania requer que pessoas com deficiência tenham seu direito à acessibilidade garantido em todas as esferas, incluindo o acesso à educação superior, ao trabalho e à cultura. Para que esse direito seja efetivo, as políticas de inclusão precisam estar atreladas a uma visão ampla de acessibilidade, que contemple não apenas questões arquitetônicas, mas também aspectos de interação social e participação.

No contexto educacional, o conceito de deficiência em uma abordagem biopsicossocial permite compreender que as barreiras enfrentadas pelos estudantes são geradas tanto por limitações físicas quanto por fatores sociais, como atitudes e políticas institucionais. Nôga e Kovács (2022) destacaram que a mudança de um modelo médico para um modelo biopsicossocial é essencial para garantir que a inclusão seja implementada de forma eficaz, pois considera as diversas dimensões que impactam a experiência das pessoas

com deficiência. Com essa perspectiva, a acessibilidade passa a ser vista não apenas como uma adequação de espaços físicos, mas como um direito humano que deve ser assegurado a partir de um esforço coletivo e institucional.

Líbio (2022), ao investigar as percepções de estudantes universitários com deficiência, identificou que muitos alunos se sentem desmotivados e insatisfeitos com a infraestrutura e os recursos oferecidos nas universidades. Essa insatisfação revela que, apesar das exigências legais e do aumento na conscientização sobre acessibilidade, as práticas inclusivas ainda são insuficientes e, muitas vezes, inconsistentes. Para esses estudantes, a ausência de adaptação adequada pode transformar o espaço acadêmico em um ambiente excludente e pouco acolhedor, indicando que as universidades ainda precisam avançar no desenvolvimento de estratégias que promovam uma participação igualitária.

Berselli e Müller (2023) ressaltaram que o Desenho Universal é uma ferramenta fundamental para a construção de um ambiente inclusivo, pois busca eliminar a necessidade de adaptações futuras. A implementação desse conceito permite que as instituições considerem a diversidade desde a concepção de seus espaços, garantindo que todos possam se beneficiar dos mesmos recursos e oportunidades sem distinção.

2.1 Acessibilidade e inclusão no ensino superior

O debate sobre acessibilidade e inclusão no ensino superior evidenciou a necessidade de garantir condições adequadas para que estudantes com deficiência possam participar plenamente do ambiente acadêmico. Ribeiro (2024) destacou o papel dos núcleos de acessibilidade nas universidades brasileiras, que buscam implementar políticas e práticas inclusivas para apoiar estudantes com deficiência. A pesquisa indicou que, apesar dos avanços, a criação desses núcleos ainda enfrenta desafios, como a falta de recursos financeiros e de capacitação adequada para o corpo técnico e docente, o que limita o alcance e a eficácia das ações propostas. Muitos desses núcleos atuam com o objetivo de monitorar a aplicação de normas de acessibilidade e prestar suporte aos alunos, mas a carência de políticas institucionais efetivas compromete a implementação de uma acessibilidade real.

Estudos comparativos, como o de Ferreira *et al.* (2021), analisaram as condições de acessibilidade em 25 instituições públicas e revelaram disparidades significativas entre elas. A análise demonstrou que algumas universidades investiram em infraestrutura e tecnologias assistivas para favorecer a inclusão, enquanto outras ainda apresentaram barreiras estruturais que dificultam o acesso de estudantes com deficiência. O estudo destacou a relevância de

investimentos em tecnologias assistivas, que proporcionam maior autonomia e inclusão, mas indicou que a disponibilização dessas ferramentas ainda é limitada e depende diretamente das políticas internas de cada instituição. A pesquisa apontou que, sem um compromisso institucional contínuo e recursos destinados exclusivamente à acessibilidade, muitos alunos enfrentam obstáculos que restringem sua participação e aprendizagem.

Segundo Lima (2015), a maioria destes alunos nas universidades acontece via vestibular tradicional, sem beneficiamento de cotas ou práticas pedagógicas inclusivas. Muitas destas pessoas alegam sofrer preconceito e discriminação tanto por parte dos colegas quanto dos professores, para eles este é o principal obstáculo para que a inclusão aconteça. Alcoba (2008) complementa essa discussão ao afirmar que a eliminação de barreiras atitudinais é considerada o maior empecilho para que uma prática inclusiva aconteça. A falta desta acessibilidade é rodeada de preconceitos, estigmas, estereótipos e desconhecimento que causam discriminação contra os alunos com deficiência. O fim deste tipo de barreira é crucial para que as outras barreiras sejam eliminadas. Neste sentido, a instituição de ensino deve saber se comunicar com toda a comunidade acadêmica a fim de extinguir este tipo de prática discriminatória.

Essa inclusão, reflete a lógica da integração e da adaptação, pautada em uma perspectiva funcionalista, na qual as ações, se concentram principalmente na adequação dos acadêmicos ao ambiente universitário. Nesse contexto, os estudantes são ajustados à instituição sem que esta passe por transformações significativas. A acessibilidade atitudinal, por sua vez, vai além da acessibilidade física, que também é essencial, pois envolve a adaptação de espaços, como a construção de rampas para garantir o acesso de pessoas cadeirantes.

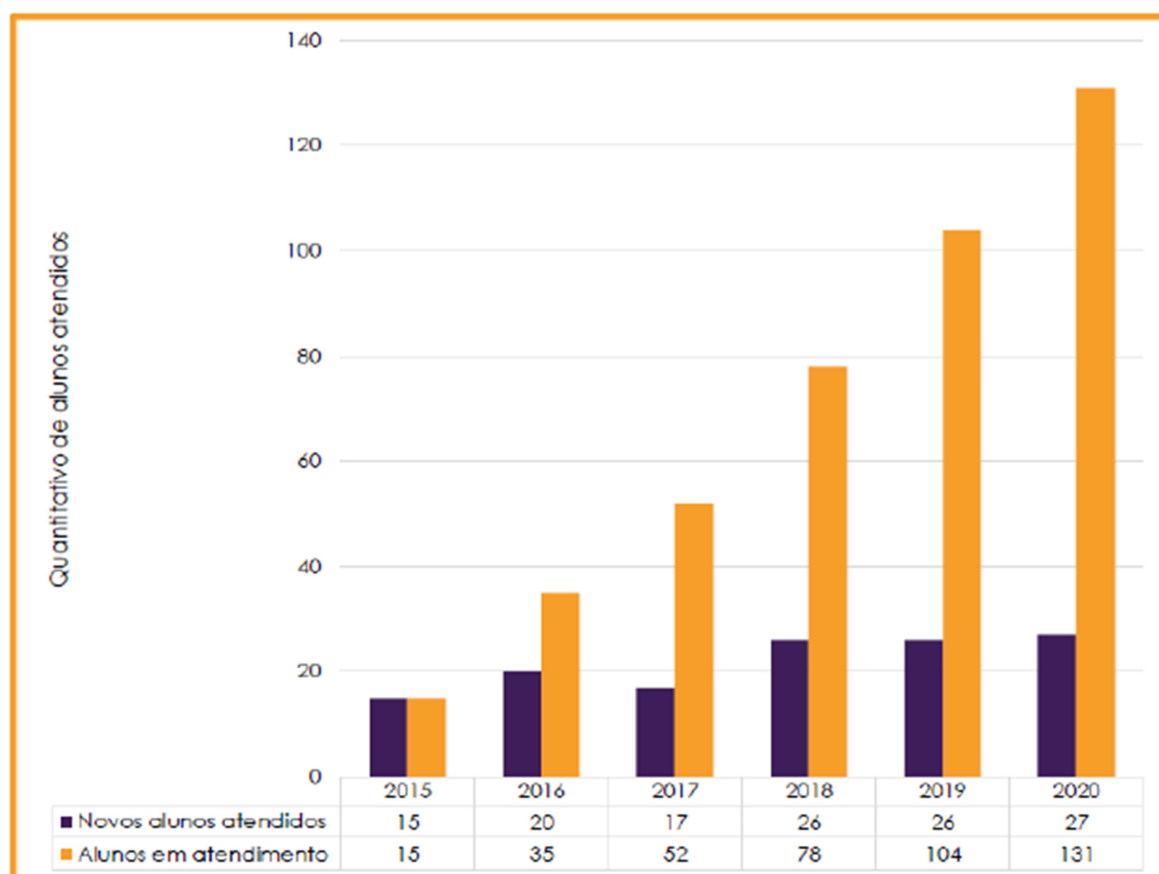
No entanto, atitudes e relações de acessibilidade não podem simplesmente ser ajustadas; elas devem ser constantemente desconstruídas e reconstruídas. De modo geral, enquanto a acessibilidade viabiliza o ingresso, a acessibilidade atitudinal busca assegurar a permanência dos estudantes, garantindo-lhes, assim, o direito fundamental à educação.

Neste contexto, o Ministério da Educação – MEC, por meio da Secretaria de Educação Superior/SESU e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI, criou em 2005 o Programa Incluir, como uma das ações afirmativas no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com o objetivo de fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade.

Considera-se, portanto, que é preciso atentar não somente para o modo como o estudante chega a um curso superior, mas é preciso estar sensível às condições que ele tem de

permanência dentro das instituições. Sendo assim, pensar a acessibilidade atitudinal como algo presente ou não nas relações é de imensa importância. Mais do que pensar na presença da acessibilidade atitudinal nas relações, entender a acessibilidade e a inclusão como constituintes das relações que se constroem no âmbito acadêmico.

Figura 2 - Número De Alunos Com Deficiência Atendidos Por Ano



Fonte: Relatório de atendimentos, atividades realizadas e alunos atendidos no interstício de 2015 a 2020 pela CAADIS, 2020b.

De acordo com dados do gráfico, observa-se um crescimento exponencial no número de alunos com deficiência ao longo dos cinco anos. Verifica-se que a demanda é crescente, passando de 15 alunos em 2015, para 131 em 2020. Contudo, para garantir um serviço de qualidade aos alunos com deficiência, é necessário contratar novos servidores para a CAADIS, a fim de atender à demanda crescente e prestar um atendimento adequado. A qualidade na educação para alunos com deficiência ocorre quando há a inclusão. Desta forma, ressalto que outro problema de acessibilidade é a burocracia nas políticas públicas, que impede a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, muitas vezes, a UFERSA

dispõe dos recursos necessários, porém, devido a questões burocráticas, há uma demora na efetivação desses direitos.

Segundo Saraiva (2014), os governamentos realizados pelos sistemas educacionais objetivam produzir um tipo de sujeito que responda de forma satisfatória às exigências da governamentalidade vigente. Desse modo, os governamentos educacionais aplicados na sociedade de controle, ou seja, no capitalismo cognitivo, estão relacionados a estratégias para fabricar sujeitos úteis, produtivos e autônomos; daí as pessoas com deficiência passarem a ser vistas como capital humano que, a partir de investimento, podem produzir e competir no mercado.

Rosa, Folmer e Salgueiro (2020) exploraram o impacto do uso de tecnologias assistivas na inclusão de estudantes com deficiência, investigando como esses recursos influenciam a experiência acadêmica. Foi observado que o acesso a tecnologias como softwares de leitura de tela, amplificadores de som e recursos para pessoas com baixa mobilidade contribuiu significativamente para a adaptação e desempenho acadêmico desses estudantes. A percepção dos alunos indicou que as tecnologias assistivas facilitam a superação de limitações impostas pelo ambiente físico e pedagógico, promovendo uma maior sensação de pertencimento. No entanto, o estudo observou que o acesso a essas tecnologias ainda é limitado em algumas universidades, o que compromete o alcance da inclusão.

Malheiro e Junior (2020) argumentaram que a inclusão no ensino superior brasileiro depende de um esforço institucional amplo que inclua não apenas investimentos em infraestrutura, mas também a capacitação dos professores para o atendimento às necessidades dos alunos com deficiência. A pesquisa demonstrou que a falta de preparo docente para lidar com a diversidade de alunos representa uma barreira considerável, sugerindo que a inclusão exige mudanças profundas na abordagem pedagógica.

A necessidade de políticas institucionais claras e integradas foi ainda mais enfatizada por Ribeiro (2024), que destacou a atuação dos núcleos de acessibilidade como potencialmente transformadora na vida acadêmica dos estudantes com deficiência. Entretanto, observou-se que esses núcleos, ao enfrentarem restrições financeiras e uma falta de treinamento específico, acabam limitados na capacidade de proporcionar um suporte efetivo. Esse contexto indica que, para consolidar uma acessibilidade abrangente, é imprescindível que as universidades se comprometam com a alocação de recursos constantes, estabelecendo um ambiente em que a inclusão seja de fato uma prioridade sustentada.

O estudo de Ferreira et al. (2021) reiterou essa demanda ao identificar disparidades estruturais e operacionais nas instituições analisadas, o que evidencia a desigualdade no

acesso e na qualidade dos recursos destinados a estudantes com deficiência. Em algumas universidades, a implementação de tecnologias assistivas foi mais robusta, enquanto em outras as barreiras ainda se mantinham, deixando evidente a falta de uniformidade nas políticas de inclusão. Essa heterogeneidade de práticas pode ser prejudicial, pois expõe estudantes a condições desiguais de acesso à educação, um direito básico que deveria ser assegurado de maneira equitativa em todo o ensino superior.

A análise de Rosa, Folmer e Salgueiro (2020) sobre o impacto das tecnologias assistivas na inclusão reforçou que o acesso contínuo a esses recursos potencializa o desenvolvimento acadêmico e a sensação de pertencimento dos alunos. Para que esses benefícios sejam universalizados, as universidades necessitam não apenas de investimentos em ferramentas tecnológicas, mas também de uma cultura institucional que valorize a diversidade. Com isso, os recursos assistivos deixariam de ser vistos como concessões esporádicas e passariam a integrar uma política contínua de apoio aos estudantes com deficiência.

Malheiro e Junior (2020) pontuaram a importância de capacitar o corpo docente, evidenciando que a preparação de professores e servidores é um elemento essencial para a inclusão. Quando professores possuem o conhecimento adequado para lidar com as necessidades específicas dos alunos, a inclusão deixa de ser uma responsabilidade apenas das estruturas físicas e passa a se refletir nas práticas pedagógicas. O estudo ressaltou que, sem essa preparação, os esforços para a acessibilidade são fragmentados, dificultando uma inclusão efetiva e duradoura.

2.2 Políticas públicas e institucionais de acessibilidade em universidades

A discussão sobre políticas públicas e institucionais de acessibilidade em universidades brasileiras trouxe à tona a importância de iniciativas organizadas que promovam uma inclusão efetiva para pessoas com deficiência. Vilarim *et al.* (2024) investigaram as estratégias de relações públicas adotadas pela Universidade Federal de Alagoas, destacando que, embora algumas ações tenham sido implementadas para tornar o ambiente universitário mais acessível, muitos desafios persistiram. O estudo enfatizou que a comunicação entre os setores universitários é essencial para o planejamento de estratégias que garantam a inclusão, apontando que as iniciativas de acessibilidade precisam ser bem divulgadas e compreendidas pela comunidade acadêmica. Identificou-se que o uso de práticas informativas eficientes poderia sensibilizar os estudantes e o corpo docente sobre as

necessidades específicas dos alunos com deficiência, facilitando o processo de integração.

Araújo (2022) explorou a implementação da política de acessibilidade no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, revelando que o acesso aos recursos bibliográficos ainda é um ponto crítico para a inclusão de estudantes com deficiência. O estudo apontou que, apesar de existirem diretrizes para a adaptação dos serviços de biblioteca, a falta de investimento em tecnologias assistivas e a ausência de um treinamento específico para os bibliotecários dificultaram o atendimento das demandas desse público. A pesquisa evidenciou que, para que as bibliotecas cumpram seu papel inclusivo, é necessário um planejamento robusto que contemple a aquisição de equipamentos e materiais acessíveis, bem como uma capacitação contínua dos profissionais para que possam atender adequadamente as necessidades de todos os estudantes.

Costas, Breitenbach e De Castro (2022) investigaram as estratégias de educação inclusiva da Universidade Federal de Santa Maria, indicando que, embora a instituição tenha feito avanços na área, a acessibilidade ainda depende fortemente da iniciativa individual de docentes e técnicos. A pesquisa constatou que a implementação de políticas de inclusão foi influenciada por fatores como a disposição pessoal de funcionários e a adaptação informal dos materiais pedagógicos, mostrando que a acessibilidade frequentemente ocorre de forma fragmentada e não sistemática. Esse cenário reflete a falta de regulamentações internas claras que garantam a continuidade das adaptações, tornando-as dependentes de recursos limitados e de iniciativas isoladas.

Esses estudos reforçam que, para que a acessibilidade se concretize em ambientes universitários, é fundamental que as políticas institucionais não só estejam alinhadas com as normas legais, mas também contemplem ações estruturais e educativas para a sensibilização da comunidade universitária.

3. A RELEVÂNCIA DO CAADIS PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA UFERSA

A relevância do CAADIS para os alunos com deficiência na Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) é um tema de importância crescente na promoção de igualdade no acesso à educação superior. Coordenação Geral de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social (CAADIS) desempenha um papel fundamental ao oferecer suporte técnico e institucional que garante a acessibilidade e a inclusão desses alunos. A existência de uma estrutura como essa reflete o compromisso com a democratização da

educação, indo ao encontro de legislações nacionais e internacionais que asseguram o direito à educação inclusiva.

Melo (2021) destaca que as universidades públicas têm uma responsabilidade social em atender às necessidades de seus estudantes, especialmente daqueles com deficiência, para proporcionar igualdade de oportunidades e condições adequadas de aprendizagem. Nesse contexto, a pandemia de COVID-19 trouxe desafios ainda maiores para esses discentes, tornando mais evidente a necessidade de mecanismos institucionais que assegurem uma educação de qualidade. A atuação do CAADIS foi essencial durante esse período, ao oferecer suporte adaptado às demandas emergentes, demonstrando como medidas específicas de inclusão podem reduzir os impactos negativos em cenários adversos.

Oliveira, Camacho e Do Nascimento Souza (2023) discutem que a inclusão de pessoas com deficiência em espaços educacionais vai além de adaptar ambientes físicos. Trata-se de implementar tecnologias assistivas que permitam aos alunos superar barreiras de comunicação e acesso a conteúdos acadêmicos. Na UFERSA, o CAADIS atua diretamente nesse sentido, disponibilizando recursos como leitores de tela, dispositivos de ampliação visual e softwares de transcrição. Esses instrumentos são fundamentais para que os alunos com deficiência participem ativamente das atividades acadêmicas, promovendo não apenas a inclusão, mas também a equidade no processo educacional.

A relevância do CAADIS está associada à sua capacidade de identificar as demandas específicas de cada aluno com deficiência e oferecer soluções personalizadas. Melo (2021) ressalta que essa individualização no atendimento é essencial para garantir que todos os estudantes tenham condições de atingir seu potencial acadêmico, independentemente das limitações impostas por suas condições. A implementação de políticas de acessibilidade, como a eliminação de barreiras arquitetônicas e a capacitação de docentes e técnicos administrativos, tem sido um dos pilares das ações realizadas pelo centro.

Para Atena-UFERSA (2020), a inserção de alunos com deficiência no ambiente universitário também requer um esforço coletivo da comunidade acadêmica. A sensibilização de professores e colegas é fundamental para construir um ambiente de respeito e inclusão. O CAADIS promove campanhas de conscientização e oferece formações que abordam a importância de uma abordagem inclusiva. Essas ações impactam diretamente a forma como as pessoas com deficiência são percebidas e tratadas no âmbito universitário, contribuindo para a construção de uma cultura de respeito às diferenças.

Outro ponto relevante é a relação entre acessibilidade e desempenho acadêmico. Oliveira, Camacho e Do Nascimento Souza (2023) argumentam que estudantes com

deficiência que têm acesso a medidas de suporte adequadas apresentam maior engajamento e sucesso em suas trajetórias acadêmicas. O CAADIS, ao proporcionar um suporte contínuo e efetivo, cria um ambiente propício para que esses alunos desenvolvam suas habilidades e competências. Isso não apenas beneficia os estudantes diretamente, mas também enriquece a universidade como um todo, ao promover a diversidade e a inclusão.

Melo (2021) aponta que, para garantir a efetividade das ações do CAADIS, é necessário um investimento contínuo em recursos materiais e humanos. A disponibilização de tecnologias assistivas requer não apenas a aquisição de equipamentos, mas também a capacitação de profissionais para operá-los e adaptá-los às necessidades específicas dos alunos. Nesse sentido, a UFERSA tem buscado integrar essas tecnologias de maneira a facilitar o acesso aos conteúdos acadêmicos e às atividades pedagógicas, promovendo a autonomia dos estudantes.

A atuação do CAADIS também se destaca na elaboração de planos educacionais individualizados. Para Atena-UFERSA (2020), o planejamento de estratégias específicas para cada aluno permite que as barreiras sejam superadas de maneira eficaz, garantindo que as atividades propostas estejam alinhadas às condições e limitações de cada um. Isso envolve a parceria com docentes, técnicos e familiares, criando uma rede de apoio que potencializa o aprendizado e a permanência dos alunos com deficiência na universidade.

Oliveira, Camacho e Do Nascimento Souza (2023) enfatizam que, além das adaptações tecnológicas, a inclusão no ambiente universitário exige mudanças culturais e atitudinais. O CAADIS tem desempenhado um papel ativo na promoção dessas mudanças, ao incentivar uma postura de acolhimento e respeito em toda a comunidade acadêmica. Por meio de projetos e eventos que discutem a temática da deficiência, a universidade avança na construção de um espaço mais inclusivo e acessível.

Outro aspecto destacado por Melo (2021) é a relevância do CAADIS na formulação de políticas institucionais que atendam às legislações vigentes. A universidade, por meio do centro, tem adotado medidas que asseguram o cumprimento de normas relacionadas à acessibilidade e inclusão, como a Lei Brasileira de Inclusão e o Decreto nº 7.611/2011, que trata da educação especial. A atuação do CAADIS, nesse sentido, transcende o atendimento direto aos alunos, contribuindo para a transformação estrutural e cultural da instituição.

O impacto do CAADIS na vida dos estudantes com deficiência é evidente na forma como eles se sentem acolhidos e valorizados no ambiente acadêmico. Para Atena-UFERSA (2020), essa valorização reflete-se na maior motivação e engajamento desses alunos em suas atividades acadêmicas e extracurriculares. O centro também se preocupa em promover a

participação dos estudantes em eventos científicos e culturais, ampliando suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Por fim, Oliveira, Camacho e Do Nascimento Souza (2023) observam que o sucesso das ações do CAADIS depende da colaboração entre os diferentes setores da universidade. A integração entre o centro e as demais pró-reitorias, departamentos acadêmicos e setores administrativos é fundamental para que as demandas sejam atendidas de maneira eficiente e eficaz. Essa articulação garante que as políticas e práticas de inclusão sejam implementadas de forma transversal, beneficiando todos os estudantes da universidade.

Com base nesses elementos, pode-se observar como o CAADIS tem contribuído significativamente para a inclusão e acessibilidade de alunos com deficiência na UFERSA. O centro não apenas oferece suporte técnico e pedagógico, mas também atua como agente de transformação social e cultural, promovendo uma universidade mais equitativa e inclusiva.

3.1 Atuação do CAADIS no atendimento às necessidades específicas dos alunos

A atuação do CAADIS no atendimento às necessidades específicas dos alunos com deficiência destaca-se como uma prática indispensável na construção de uma universidade inclusiva e acessível. Na UFERSA, o centro desempenha papel estratégico, atuando como um agente facilitador que identifica demandas e implementa soluções para garantir a plena participação de alunos com deficiência no ambiente acadêmico. Fernandes *et al.* (2021) ressaltam a importância de iniciativas que promovam a formação de uma comunidade educacional consciente das especificidades desses estudantes, enfatizando que o acolhimento adequado transcende questões técnicas e abrange aspectos pedagógicos e sociais.

As medidas adotadas pelo CAADIS, como o fornecimento de tecnologias assistivas e a adaptação de materiais didáticos, são exemplos de como a universidade se empenha em remover barreiras à aprendizagem. Neto, Peralta e Gonçalves (2022) apontam que o acesso a recursos adaptados impacta diretamente a permanência e o desempenho acadêmico de alunos com deficiência, permitindo que suas experiências educacionais sejam mais equitativas. Na UFERSA, esse suporte é ampliado por meio de estratégias de atendimento individualizado, que buscam atender às peculiaridades de cada estudante e assegurar condições iguais de aprendizado.

O papel dos professores é destacado como central nesse processo, já que são responsáveis por adaptar suas práticas pedagógicas às necessidades dos alunos. Fernandes *et al.* (2021) discutem que a sensibilização e formação docente são componentes essenciais para

que o atendimento promovido pelo CAADIS seja efetivo. Quando capacitados, os professores são capazes de identificar as necessidades específicas de seus alunos e colaborar ativamente com as ações do centro, criando um ambiente educacional inclusivo. Isso reforça a importância de um trabalho conjunto entre o CAADIS e a comunidade acadêmica para a promoção da inclusão.

O CAADIS também atua na implementação de medidas que ampliam a acessibilidade física e tecnológica no campus universitário. Atena-UFERSA (2020) destaca a relevância dessas ações, ressaltando que a adaptação de espaços físicos e a oferta de ferramentas tecnológicas são fundamentais para que alunos com deficiência possam usufruir plenamente das instalações e atividades da universidade. Esses avanços demonstram como o centro tem se consolidado como uma referência em acessibilidade, trabalhando para transformar a UFERSA em um espaço cada vez mais acolhedor e igualitário.

Outro aspecto importante da atuação do CAADIS é a promoção de uma cultura institucional de respeito e valorização da diversidade. Fernandes *et al.* (2021) observam que essa transformação cultural só é possível por meio de iniciativas que sensibilizem todos os membros da comunidade acadêmica sobre a importância da inclusão. O centro organiza eventos, oficinas e campanhas educativas que abordam o tema da deficiência, contribuindo para a construção de um ambiente mais solidário e consciente. Essas ações, além de fortalecerem o engajamento da universidade com a inclusão, também ajudam a combater preconceitos e estigmas.

Neto, Peralta e Gonçalves (2022) destacam que o atendimento às necessidades específicas de alunos com deficiência requer uma abordagem intersetorial, que envolva diferentes setores da universidade. O CAADIS, nesse sentido, atua como um elo entre alunos, professores e gestores, articulando recursos e estratégias que assegurem o acesso pleno à educação. Essa articulação é essencial para que as ações desenvolvidas sejam integradas e eficazes, atendendo às demandas dos estudantes de maneira ampla e consistente.

As iniciativas do CAADIS também têm impacto na construção de políticas institucionais voltadas à inclusão. Atena-UFERSA (2020) ressalta que o centro contribui para a formulação e implementação de diretrizes que visam garantir a acessibilidade e a permanência de alunos com deficiência na universidade. Esse trabalho inclui a criação de normativas, a realização de diagnósticos institucionais e a avaliação contínua das práticas adotadas, o que reforça o compromisso da universidade com a inclusão.

Fernandes *et al.* (2021) destacam que o sucesso das ações do CAADIS está intimamente ligado ao apoio institucional e ao envolvimento da gestão universitária. O

investimento em recursos materiais e humanos é indispensável para que o centro possa ampliar seu alcance e atender de forma efetiva às necessidades dos alunos. Esse suporte se traduz na aquisição de tecnologias assistivas, na contratação de profissionais especializados e na promoção de formações continuadas para a equipe técnica, garantindo que o atendimento seja sempre atualizado e de qualidade.

As parcerias estabelecidas pelo CAADIS com outras instituições também têm contribuído para a ampliação das possibilidades de atendimento aos alunos. Neto, Peralta e Gonçalves (2022) mencionam que a troca de experiências e conhecimentos com outras universidades e organizações permite o aprimoramento das práticas de inclusão. Na UFERSA, essas parcerias possibilitam o acesso a novas tecnologias, a realização de capacitações e o desenvolvimento de projetos que beneficiam diretamente os estudantes. Isso demonstra o papel estratégico do CAADIS na construção de redes de colaboração que fortalecem a inclusão no ensino superior.

Atena-UFERSA (2020) reforça que o atendimento individualizado é um dos pilares das ações do CAADIS, permitindo que cada aluno receba o suporte necessário para superar suas dificuldades específicas. Essa abordagem personalizada é especialmente importante no caso de alunos com deficiência, cujas necessidades podem variar amplamente. Ao oferecer planos de atendimento adaptados, o CAADIS assegura que todos os estudantes tenham acesso a um ambiente acadêmico inclusivo e acolhedor, onde possam desenvolver plenamente seu potencial.

Ações de formação contínua, promovidas pelo CAADIS, têm desempenhado um papel relevante na capacitação de professores e técnicos administrativos. Fernandes *et al.* (2021) ressaltam que essas formações são fundamentais para que a equipe universitária esteja preparada para lidar com as demandas de inclusão, aplicando práticas pedagógicas e administrativas que favoreçam a participação de todos. Esse processo de capacitação reflete o compromisso da universidade em aprimorar continuamente sua atuação em prol da inclusão.

O impacto das atividades do CAADIS também se estende à vida acadêmica e pessoal dos alunos. Neto, Peralta e Gonçalves (2022) afirmam que o suporte oferecido pelo centro contribui para o fortalecimento da autoestima e da autonomia dos estudantes, permitindo que enfrentem os desafios acadêmicos com maior confiança. Esse empoderamento reflete-se no aumento da participação dos alunos com deficiência em atividades acadêmicas, científicas e culturais, fortalecendo sua integração no ambiente universitário.

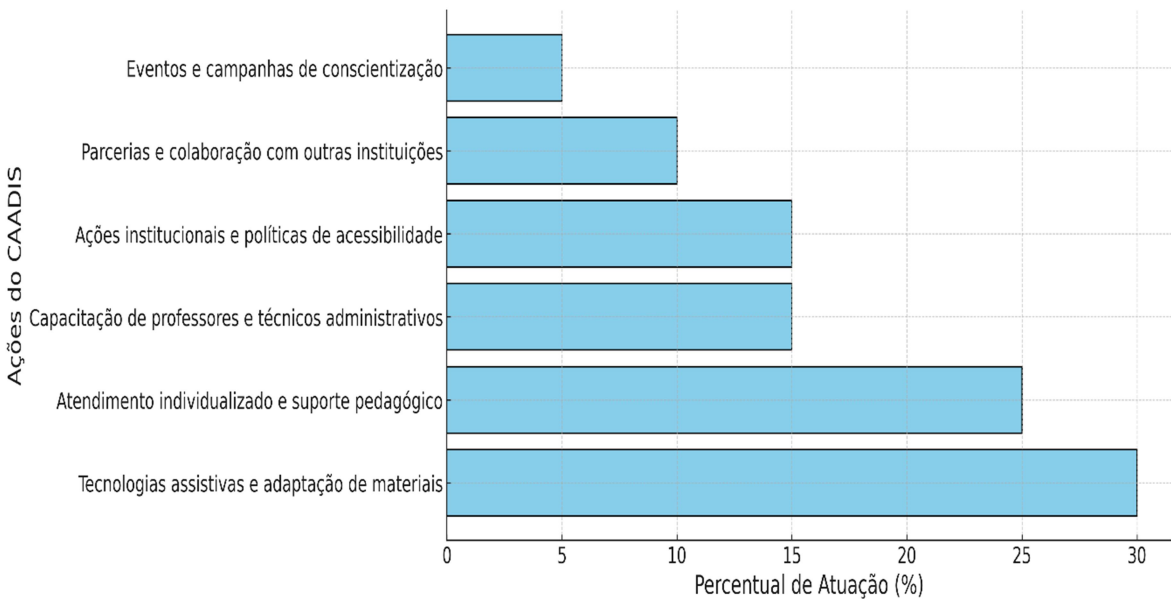
As ações do CAADIS, ao atenderem de forma eficaz às necessidades específicas dos alunos, têm ajudado a consolidar a UFERSA como uma universidade inclusiva e socialmente

responsável. Atena-UFERSA (2020) destaca que a implementação de políticas e práticas de inclusão não apenas beneficia os alunos com deficiência, mas também contribui para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

3.2 Desenvolvimento e oferta de tecnologias assistivas para estudantes

O desenvolvimento e a oferta de tecnologias assistivas têm desempenhado um papel essencial na garantia da inclusão educacional de estudantes com deficiência. No contexto da educação superior, essas ferramentas são fundamentais para permitir o acesso igualitário aos conteúdos e à experiência acadêmica. Vieira (2024) destaca que a tecnologia assistiva transcende a função de facilitar a comunicação e o aprendizado, pois também promove a autonomia dos estudantes, possibilitando que enfrentem os desafios do ensino superior de maneira mais eficaz.

Figura 2 - Distribuição das Ações do CAADIS no Atendimento a Alunos com Deficiência



Fonte: Autor (2025).

O gráfico ilustra a distribuição das ações do Centro de Apoio e Acompanhamento aos Discentes com Necessidades Educacionais Específicas (CAADIS) na UFERSA, destacando as principais iniciativas voltadas à inclusão de alunos com deficiência. Observa-se que a maior parte dos esforços concentra-se na implementação de tecnologias assistivas e adaptação de materiais (30%), seguida pelo atendimento individualizado e suporte pedagógico (25%), o que demonstra o compromisso do centro em garantir equidade acadêmica. Segundo Neto,

Peralta e Gonçalves (2022), “o acesso a recursos adaptados impacta diretamente na permanência dos alunos com deficiência, reduzindo barreiras estruturais e pedagógicas”. Além disso, ações voltadas à capacitação de professores e técnicos (15%), políticas institucionais de acessibilidade (15%), parcerias interinstitucionais (10%) e eventos de conscientização (5%) complementam as iniciativas do CAADIS. Como enfatizado por Fernandes et al. (2021), a inclusão no ensino superior exige um esforço coletivo que vá além da infraestrutura, promovendo uma transformação cultural que valorize a diversidade e o respeito às diferenças.

Sousa e Mesquita (2020) analisam que a implementação de tecnologias assistivas deve considerar as necessidades específicas de cada estudante. Ferramentas como softwares de leitura de tela, aparelhos de amplificação sonora e plataformas digitais adaptadas são indispensáveis para alunos com deficiências sensoriais. Esse tipo de suporte, quando disponibilizado de maneira adequada, contribui para que os estudantes alcancem resultados acadêmicos satisfatórios e desenvolvam uma maior confiança em suas capacidades. A integração dessas tecnologias ao ambiente universitário requer planejamento e investimento contínuo.

Nascimento, Torres e Ribeiro (2022) enfatizam que a inclusão de alunos com deficiência visual e auditiva nas instituições de ensino superior depende diretamente da oferta de recursos tecnológicos específicos. O uso de leitores de tela, materiais em braille e legendas em vídeo são apenas alguns exemplos de como as tecnologias assistivas podem ser adaptadas para atender às demandas desses estudantes. No Brasil, diversas universidades têm adotado políticas para ampliar a acessibilidade, evidenciando um progresso gradual na superação de barreiras educacionais.

No contexto de alunos com deficiências físicas, Júnior *et al.* (2023) destacam que dispositivos como cadeiras de rodas motorizadas, teclados adaptados e mesas ajustáveis desempenham um papel central no processo de inclusão. Essas ferramentas não apenas possibilitam a participação ativa dos alunos nas atividades acadêmicas, mas também fortalecem sua autonomia em outros aspectos da vida universitária. A aplicação dessas tecnologias exige um compromisso institucional em garantir que todos os espaços e equipamentos sejam acessíveis e adequados às necessidades dos estudantes.

Vieira (2024) argumenta que a formação de docentes e técnicos administrativos é essencial para a utilização efetiva das tecnologias assistivas. Muitos professores enfrentam dificuldades em compreender e aplicar essas ferramentas em suas práticas pedagógicas, o que pode limitar o impacto das inovações tecnológicas. Programas de capacitação contínua são

necessários para preparar os profissionais da educação a lidarem com essas tecnologias e a promoverem estratégias inclusivas no ensino. Esse tipo de formação reflete diretamente na qualidade da experiência acadêmica dos alunos com deficiência.

Sousa e Mesquita (2020) enfatizam a importância de integrar as tecnologias assistivas ao currículo pedagógico das universidades. Essa integração vai além da disponibilização de equipamentos e envolve a adaptação de métodos de ensino e avaliação que levem em conta as particularidades dos estudantes. Recursos como apresentações multimodais e avaliações diferenciadas são exemplos de práticas que podem ser implementadas para tornar o ambiente acadêmico mais inclusivo. Tais abordagens promovem um modelo educacional mais equitativo e acessível.

A pesquisa de Nascimento, Torres e Ribeiro (2022) revela que muitas instituições de ensino ainda enfrentam dificuldades na aquisição e manutenção de tecnologias assistivas devido a limitações orçamentárias. Apesar disso, iniciativas governamentais e parcerias com organizações da sociedade civil têm sido fundamentais para ampliar a disponibilidade dessas ferramentas. Projetos que fomentam a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias assistivas também têm contribuído para a criação de soluções inovadoras e mais acessíveis. Esses esforços são importantes para garantir a continuidade e a ampliação do acesso às ferramentas inclusivas.

Júnior *et al.* (2023) discutem que o impacto das tecnologias assistivas na vida acadêmica dos estudantes vai além do desempenho acadêmico. Esses recursos contribuem para a formação integral dos alunos, promovendo sua inserção em atividades extracurriculares, estágios e programas de extensão. A utilização de tecnologias assistivas nas universidades reforça o compromisso com a diversidade e com a formação de profissionais capacitados para atuar em uma sociedade inclusiva. Essa perspectiva amplia a relevância do investimento em tecnologias como parte de uma política educacional abrangente.

Vieira (2024) aponta que o avanço nas tecnologias digitais tem impulsionado o desenvolvimento de novas soluções assistivas, como plataformas de inteligência artificial e aplicativos móveis. Essas inovações têm potencial para transformar o ensino superior ao oferecer soluções mais personalizadas e acessíveis. No entanto, é necessário que as universidades acompanhem essas evoluções tecnológicas e as integrem em suas práticas educacionais. O acesso a essas ferramentas deve ser universalizado para garantir que nenhum aluno seja excluído devido à falta de recursos tecnológicos.

Sousa e Mesquita (2020) ressaltam que a inclusão digital é um desafio que afeta diretamente a eficácia das tecnologias assistivas. Muitos estudantes, especialmente aqueles

provenientes de contextos socioeconômicos vulneráveis, enfrentam dificuldades para acessar equipamentos e internet de qualidade. Esse cenário exige um esforço conjunto das instituições de ensino e de políticas públicas para assegurar que todos os alunos possam usufruir plenamente dos recursos tecnológicos. A superação dessas barreiras é essencial para a construção de uma educação inclusiva e igualitária.

Nascimento, Torres e Ribeiro (2022) mencionam que o desenvolvimento de tecnologias assistivas deve ser acompanhado de uma avaliação constante de sua eficácia e adequação. O feedback dos próprios estudantes com deficiência é crucial nesse processo, pois permite que as instituições ajustem suas práticas e adotem soluções mais eficientes. Essa abordagem participativa fortalece o vínculo entre os alunos e a universidade, contribuindo para um ambiente acadêmico mais acolhedor e inclusivo.

Júnior *et al.* (2023) destacam que a cooperação entre instituições de ensino, empresas e centros de pesquisa é fundamental para o avanço das tecnologias assistivas. Parcerias que promovem a inovação tecnológica podem ampliar a oferta de soluções acessíveis e personalizadas para estudantes com deficiência. Além disso, a disseminação de boas práticas entre as universidades contribui para a construção de um sistema educacional mais inclusivo e colaborativo. Essa integração de esforços reforça o compromisso com a promoção da igualdade no ensino superior.

Vieira (2024) observa que as universidades têm um papel essencial no estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias assistivas. Por meio de programas de iniciação científica, laboratórios especializados e incentivos à inovação, essas instituições podem fomentar soluções que atendam às necessidades de seus alunos. Essa abordagem não apenas beneficia os estudantes diretamente, mas também fortalece o papel da academia como agente de transformação social. A criação de tecnologias assistivas dentro do ambiente universitário pode resultar em recursos mais acessíveis e customizados para as demandas específicas de cada instituição.

Sousa e Mesquita (2020) enfatizam que o diálogo constante com os estudantes com deficiência é indispensável para o sucesso das políticas de inclusão tecnológica. É por meio da escuta ativa das suas demandas que as universidades podem identificar lacunas e desenvolver soluções mais adequadas. Além disso, a participação ativa dos alunos em processos decisórios sobre a implementação dessas tecnologias aumenta o senso de pertencimento e contribui para a criação de um ambiente acadêmico mais democrático.

Nascimento, Torres e Ribeiro (2022) destacam que a adaptação de ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs) é um dos principais desafios enfrentados pelas instituições de

ensino superior. Para que esses espaços sejam realmente inclusivos, é necessário implementar funcionalidades como leitores de tela integrados, ferramentas de navegação acessíveis e conteúdos em formatos alternativos. Essas adaptações, quando realizadas, ampliam significativamente as possibilidades de aprendizagem e interação para os estudantes com deficiência, sobretudo em contextos de ensino remoto ou híbrido.

Júnior *et al.* (2023) apontam que o impacto das tecnologias assistivas vai além do ambiente acadêmico, influenciando também a empregabilidade e a inserção profissional dos estudantes com deficiência. A familiaridade com essas ferramentas durante a formação universitária prepara os alunos para lidar com desafios futuros em ambientes de trabalho, onde essas tecnologias também podem ser essenciais. Dessa forma, o investimento em tecnologias assistivas não apenas promove a inclusão educacional, mas também contribui para a equidade no mercado de trabalho.

Vieira (2024) salienta que, para garantir a sustentabilidade das ações relacionadas às tecnologias assistivas, é necessário estabelecer políticas institucionais claras e permanentes. Isso inclui a alocação de recursos financeiros e humanos, bem como a criação de comissões ou departamentos responsáveis por acompanhar e avaliar a implementação dessas tecnologias. Essas políticas estruturantes asseguram que as iniciativas não sejam pontuais ou dependentes de esforços isolados, mas sim parte de um compromisso contínuo com a inclusão.

Sousa e Mesquita (2020) destacam a importância de incluir a temática das tecnologias assistivas nos currículos de formação de professores. Essa inclusão é essencial para que futuros educadores estejam preparados para lidar com as demandas específicas de alunos com deficiência. A abordagem da tecnologia assistiva como parte integrante do processo educacional reflete um avanço significativo na preparação de profissionais que possam atuar em contextos inclusivos e diversos, promovendo uma educação de qualidade para todos.

Nascimento, Torres e Ribeiro (2022) reforçam que, embora as tecnologias assistivas sejam indispensáveis, elas não substituem a necessidade de uma mudança cultural em relação à inclusão. É fundamental que as universidades promovam uma cultura de acolhimento, respeito e empatia, que reconheça as pessoas com deficiência como protagonistas de suas trajetórias acadêmicas. Essa perspectiva humanista, aliada ao uso de tecnologias, é o que torna o processo de inclusão mais completo e efetivo.

Júnior *et al.* (2023) concluem que a avaliação periódica do impacto das tecnologias assistivas é uma prática indispensável para que as instituições possam aprimorar suas ações. A análise de indicadores como desempenho acadêmico, taxas de evasão e satisfação dos estudantes oferece dados concretos sobre a eficácia das iniciativas adotadas. Esses resultados,

por sua vez, orientam ajustes e possibilitam um planejamento mais assertivo para o futuro, garantindo que as tecnologias continuem a atender às necessidades de um corpo discente cada vez mais diverso.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa abordou os desafios enfrentados por pessoas com deficiência no ensino superior, com foco na garantia do direito de ir e vir na UFERSA, destacando as barreiras físicas, estruturais e institucionais presentes nesse contexto. A análise evidenciou como essas barreiras afetam a experiência acadêmica, comprometendo a autonomia, a integração social e o desempenho dos estudantes. Ao mesmo tempo, foi demonstrado que, ao longo dos últimos anos, avanços importantes foram alcançados por meio de ações voltadas à promoção da acessibilidade, seja pela implementação de tecnologias assistivas ou pela sensibilização da comunidade acadêmica.

O estudo também explorou a importância de políticas institucionais voltadas à inclusão, reforçando que o atendimento às normativas legais deve ser tratado como um compromisso permanente das universidades. Foi possível identificar que a criação de centros especializados, como o CAADIS, tem sido uma estratégia eficaz para o acompanhamento e suporte a alunos com deficiência, ampliando o acesso e a permanência desses estudantes no ambiente universitário. Essas ações confirmaram que os esforços conjuntos entre diferentes setores da universidade podem criar condições mais inclusivas e equitativas para o desenvolvimento acadêmico.

A revisão destacou ainda o papel da formação contínua de docentes e técnicos como parte fundamental de uma estratégia abrangente de inclusão. Com a capacitação adequada, esses profissionais podem implementar práticas pedagógicas que respeitem as necessidades específicas dos estudantes, utilizando recursos que vão desde tecnologias assistivas até metodologias de ensino inclusivas. A análise também apontou que a adaptação dos espaços e a oferta de tecnologias assistivas não apenas favorecem a acessibilidade, mas também promovem a valorização da diversidade no ambiente universitário.

Os resultados mostraram que, embora desafios ainda persistam, esforços concretos têm sido feitos para atender às necessidades específicas das pessoas com deficiência no ensino superior. O fortalecimento de políticas públicas, o investimento em infraestrutura acessível e a sensibilização da comunidade acadêmica foram destacados como pilares fundamentais para a construção de uma universidade mais inclusiva. Dessa forma, ficou evidente que a UFERSA,

ao implementar medidas que contemplam esses aspectos, avança no cumprimento de seu papel como promotora de uma educação que respeita e valoriza a diversidade.

Nota-se, portanto que, a CAADIS, tenta atender à crescente demanda dos alunos com deficiência, mesmo com baixo quadro de servidores e as políticas públicas que impedem a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência. Sendo assim, para garantir a inclusão plena de qualidade é necessário investimentos no quadro de servidores especializados em atender os alunos com deficiência, bem como maior agilidades nos processos de compra e instalações de equipamentos que garantam a acessibilidade plena.

REFERENCIAS:

ARAÚJO, Raquel Chagas de. **Implementação da Política de Acessibilidade no Sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. 2022. Dissertação de Mestrado.

ATENA-UFERSA, C. E. O. II Assembleia Regional Nordeste 2 de Medicina. **ATENA-Portal de Anais de Eventos da UFERSA**, 2020.

BAIA, Marcelo Santos. Cidadania e Deficiência. **Revista Mosaico**, v. 12, n. 2, p. 91-100, 2021.

BERSELLI, Marcia; Müller, Ana Paula Soares. Quem pode ir ao teatro?: Uma discussão sobre acessibilidade a partir do conceito de Desenho Universal. **Pitágoras** 500, v. 13, n. 1, p. e023004-e023004, 2023.

COSTAS, Fabiane Adela Tonetto; Breitenbach, Fabiane Vanessa; De Castro, Sabrina Fernandes. Acessibilidade e inclusão: Estratégias de educação inclusiva da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 2857-2879, 2022.

DIÁRIO PCD. **Cresce número de alunos com deficiência no ensino superior**. Disponível em: <https://diariopcd.com.br/2024/11/03/cresce-numero-de-alunos-com-deficiencia-no-ensino-superior>. Acesso em: 19 mar. 2025.

DIÁRIO PCD. **Ensino superior: uma realidade para poucos**. Disponível em: <https://diariopcd.com.br/2024/03/05/ensino-superior-uma-realidade-para-poucos>. Acesso em: 19 mar. 2025.

FERNANDES, Aleksandra Nogueira *et al.* Contribuições dos professores na formação inicial de alunos do curso de pedagogia. **Educação em Foco**, 2021.

FERREIRA, Paloma Bessa *et al.* Comparação entre as condições de acessibilidade e inclusão social de 25 instituições públicas de ensino superior e um estudo de caso na UFTM. **Cadernos CIMEAC**, v. 11, n. 2, p. 121-149, 2021.

JÚNIOR, Ronaldo Silva *et al.* Tecnologia assistiva: a importância na formação de alunos com deficiência. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 14, n. 41, p. 248-260, 2023.

LÍBIO, Samuel Duarte. **Satisfação dos alunos com deficiência em relação à acessibilidade: estudo de caso no Campus da FEAAC**. 2022.

LIMA, T. C. S; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál. Florianópolis**, v. 10 n. esp. p. 37-45. 2007.

MALHEIRO, Cícera Aparecida Lima; Junior, Klaus Schlünzen. Inclusão e acessibilidade no ensino superior brasileiro. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 12, p. 94573-94590, 2020.

MELO, Gilberliane Mayara Andrade. **O direito à educação de qualidade para discentes**

com deficiência da Universidade Federal Rural do Semiárido-UFERSA, em tempos de pandemia. 2021. Tese de Doutorado.

NASCIMENTO, Maria Isabel do; Torres, Rhian Costa; Ribeiro, Klynsman Grisotto Faria. Tecnologias assistivas para deficiência visual e auditiva ofertadas aos estudantes de medicina no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 46, p. e037, 2022.

NETO, Jhemerson da; Peralta, Deise Aparecida; Gonçalves, Harryson Júnio Lessa. Ações afirmativas na pós-graduação: um olhar crítico para programas das áreas de ensino e educação. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 27, 2022.

NÔGA, Alvaro Alves; Kovács, Daniela. O novo conceito de pessoa com deficiência: da definição médica à abordagem biopsicossocial. **Revista do Tribunal do Trabalho da 2ª Região: v. 14, n. 28 (jul./dez. 2022)**, 2022.

OLIVEIRA, Renata Fernandes; Camacho, Ramiro Gustavo Valera; Do Nascimento Souza, Diego Nathan. Um olhar acerca da percepção ambiental de pessoas com deficiência em Mossoró (RN). **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 18, n. 1, p. 174-193, 2023.

PLETSCH, Márcia Denise *et al.* Acessibilidade e desenho universal na aprendizagem. **Campos de Goytagazes: Encontrografia/ANPED**, v. 1, 2021.

QUERO BOLSA. **Número de estudantes com deficiência cresce no ensino superior, mas permanência esbarra na falta de acessibilidade.** Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/numero-de-estudantes-com-deficiencia-cresce-no-ensino-superior-mas-permanencia-esbarra-na-falta-de-acessibilidade>. Acesso em: 19 mar. 2025.

RIBEIRO, Mirtes Cabral. Núcleos de acessibilidade e inclusão nas instituições de ensino superior—estado de conhecimento. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 10, p. e8546-e8546, 2024.

ROSA, Carla Marielly; Folmer, Vanderlei; Salgueiro, Andréia Caroline Fernandes. Inclusão no Ensino Superior e o uso de Tecnologias Assistivas: uma avaliação com base nas percepções de discentes de licenciatura. **Revista Educação Especial**, v. 36, p. 1-21, 2020.

SOUSA, Angela Costa; Mesquita, Amélia Maria Araújo. Tecnologias assistivas na escolarização de alunos com deficiência em Belém-PA. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 4, n. 1, p. 55-80, 2020.

UNINTER. **Cresce mais de 150% número de alunos com deficiência no ensino superior.** Disponível em: <https://www.uninter.com/noticias/cresce-mais-de-150-numero-de-alunos-com-deficiencia-no-ensino-superior>. Acesso em: 19 mar. 2025.

VIEIRA, Paula Regina Pires Lopes. A tecnologia assistiva na educação especial e inclusiva. **Revista Multidisciplinar de Ciências Gerais in FOCUS**, v. 2, n. 1, p. 16-27, 2024.

VILARIM, Vitória Aparecida *et al.* **Acessibilidade na Universidade Federal de Alagoas: estratégias de Relações Públicas para inclusão.** 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão.** Revista nacional de Reabilitação, São Paulo, v.5, n.24, p.6-9, jan./fev. 2002.